

LETRAMENTO JURÍDICO PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

LEGAL LITERACY FOR WOMEN DEPRIVED OF LIBERTY

ALFABETIZACIÓN JURÍDICA PARA MUJERES PRIVADAS DE LIBERTAD

Rosalina Neves Presser

Mestre em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, Londrina, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8649-8740>

E-mail: ropresser@hotmail.com

Givan José Ferreira dos Santos

Doutor em Estudos da Linguagem. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4104-9313>

E-mail: givansantos@utfpr.edu.br

Alessandra Dutra

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5119-3752>

E-mail: alessandradutra@utfpr.edu.br

Florentina Neves Souza

Doutora em Ciências da Comunicação. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5420-0169>

E-mail: flora@uel.br

RESUMO

Este artigo discorre sobre a compreensão leitora de gêneros textuais jurídicos por mulheres presas. O objetivo do estudo é relatar e discutir o processo de elaboração e aplicação de um produto educacional, junto a oito mulheres detidas na Cadeia Pública Feminina de Londrina, Paraná. Com base em teóricos como Marcuschi (2002), Soares (2012) e Santos (2013), elaborou-se e utilizou-se um material didático com foco na construção de sentidos de traços essenciais de cinco gêneros jurídicos. A pesquisa-ação foi efetuada em cinco encontros, um por semana. Os resultados revelaram a compreensão delas sobre o conceito de gênero textual e sua relação com domínio discursivo. Apresentaram desempenho na leitura reflexiva e reconheceram elementos relevantes de gêneros jurídicos do seu interesse imediato.

Palavras-chave: Ensino; Gêneros textuais; Letramento jurídico; Formação leitora.

ABSTRACT

This article discusses reading comprehension of legal textual genres by female inmates. This study aims to report and discuss the elaboration and application of an educational product to eight women detained in the Women's Public Prison of Londrina, Paraná. Based on theorists such as Marcuschi (2002), Soares (2012), and Santos (2013), it has been elaborated and used didactic material aiming at the construction of meanings of essential traits of five legal genres. The action research was carried out in five meetings, one per week. The results revealed their understanding of the concept of textual genre and its relationship with the discursive domain. They showed performance in reflective reading and recognized relevant elements of legal genres of immediate interest.

Keywords: Teaching; Textual genres; Legal literacy; Reading training.

RESUMEN

Este artículo aborda la comprensión lectora de géneros textuales jurídicos por parte de mujeres presas. El objetivo del estudio es relatar y discutir el proceso de elaboración y aplicación de un producto educativo, junto a ocho mujeres detenidas en la Cárcel Pública de Mujeres de Londrina, Paraná. Con base en teóricos como Marcuschi (2002), Soares (2012) y Santos (2013), se elaboró y utilizó un material didáctico con foco en la construcción de significados de rasgos esenciales de cinco géneros jurídicos. La investigación acción se llevó a cabo en cinco reuniones, una por semana. Los resultados revelaron su comprensión sobre el concepto de género textual y su relación con el dominio discursivo. Mostraron desempeño en la lectura reflexiva y reconocieron elementos relevantes de los géneros jurídicos de su interés inmediato.

Palabras clave: Enseñanza; Géneros textuales; Alfabetización jurídica; Formación de lectores.

INTRODUÇÃO

A atuação do professor de Língua Portuguesa no Brasil pode ocorrer nos mais diversos níveis de escolaridade e ambientes educacionais, da Educação Infantil a programas de doutoramento, em escolas, colégios e universidades públicas de ensino, instituições particulares ou filantrópicas de educação ou mesmo em espaços educacionais menos comuns, por exemplo, salas de aula adaptadas dentro de unidades prisionais. Pela natureza complexa de todo processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos científicos sobre língua materna, uma vez que envolve uma variedade de elementos (professor, aluno, condições físicas e psicológicas de ambos, materiais didáticos, entre outros), pode-se admitir que, independentemente da sua escolha em relação à série escolar ou ao local de trabalho, o professor enfrentará problemas (im)previstos de diferentes ordens para desenvolver suas ações pedagógicas, com o intuito de levar seus alunos ao progresso na competência para compreender e produzir textos significativos para o convívio social.

Embora as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação tenham provocado transformações no modo de ensinar, na postura metodológica docente e no desenvolvimento cognitivo do estudante, a pesquisa apresentada no presente artigo vem mostrar que é possível

desenvolver um projeto de compreensão leitura nos educandos, possibilitando a construção cidadã do indivíduo, mesmo sem o emprego de suportes tecnológicos digitais modernos.

O trabalho aqui apresentado, por exemplo, surgiu em um meio extremamente carente de recursos, no Projeto de Remição de Pena pelo Estudo através da Leitura¹. Nasceu a partir da dificuldade das mulheres aprisionadas na Cadeia Pública Feminina da cidade de Londrina, Paraná, quanto à compreensão de textos em geral e, em particular, no tocante aos documentos relacionados aos processos de condenação e defesa delas, ou seja, textos do domínio discursivo jurídico.

É compreensível que essas mulheres não apresentem satisfatório entendimento de textos jurídicos, pois, em geral, são textos com vocabulário técnico, o “juridiquês”, acessível a profissionais familiarizados com uma linguagem forense em sua rotina diária de trabalhos. Ademais, essa dificuldade se explica também pelo baixo nível de escolarização da maioria dessas mulheres, tendo em vista que, em levantamento sobre o perfil socioeducativo realizado com as oito mulheres participantes da pesquisa, apenas uma delas tinha Ensino Médio completo e as outras sete não haviam iniciado esse nível de formação escolar.

A partir desse contexto, decidiu-se auxiliar essas mulheres privadas de liberdade, no sentido de promover formação leitora sobre textos jurídicos relevantes para a vida delas. Portanto, o foco deste estudo consiste em uma das faces do letramento jurídico: a leitura e compreensão textual. Pretende-se alcançar dois objetivos centrais: relatar uma parte significativa do processo de aplicação de um produto educacional elaborado para desenvolver o letramento jurídico, no tocante à compreensão leitora de textos de um determinado grupo de mulheres encarceradas, na Cadeia Pública Feminina, da cidade de Londrina, estado do Paraná, Brasil; expor informações e reflexões referentes à aplicação desse produto educacional.

Ressaltam-se duas justificativas para este trabalho: o fato da escassez de literatura acadêmica brasileira com proposta didática específica para formação leitora jurídica com população feminina custodiada, logo esta iniciativa torna-se uma contribuição para esse contexto educacional diferenciado; a implementação de um conjunto de atividades de leitura e compreensão de variados e relevantes gêneros textuais do domínio discursivo jurídico pode auxiliar essas mulheres a construir sentidos para os textos que circulam na esfera social em que se encontram.

¹ O Projeto de Remição de Pena pelo Estudo através da Leitura é uma iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP), com respaldo na Lei Federal 17.329/2012.

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

A partir da década de 1980, muitas pesquisas, proposições e debates têm sido implementados no campo da educação sobre letramento. A pesquisadora brasileira em estudos da linguagem Magda Soares assinala que uma das primeiras a mencionar o termo letramento no Brasil foi a professora Mary Kato, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1986. Depois disso, muitos estudiosos incluíram em seus trabalhos e discursos esse conceito em contraponto com o conceito de alfabetização. Segundo Soares (2012, p. 18), a alfabetização é “[...] o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever”, enquanto letramento se define como sendo o “[...] estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva ou exerce as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 2012, p. 47). Portanto, apesar da proximidade da conceituação entre os dois termos, há sentidos distintos entre eles.

Assim, letramento e alfabetização são conceitos intimamente associados, complementares, mas não se confundem. Para Soares (2012, p.47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: O ideal seria *alfabetizar letrando* [...] ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”. Nessa perspectiva, um indivíduo da sociedade, escolar ou não, pode ser alfabetizado, mas não letrado: tem conhecimento sobre o código escrito, codifica e decodifica letras, palavras, frases e textos, porém, ao ler um texto, por exemplo, um anúncio publicitário ou artigo constitucional, não consegue construir respostas plausíveis para questões como: Quem é o autor do texto? Qual é o provável objetivo do autor em relação ao seu público-alvo? Esse texto tenta influenciar a vida do seu leitor? Por quê?

Uma questão relevante e complexa discutida por pesquisadores do fenômeno letramento diz respeito à ideia de nível ou grau de letramento (ROJO, 2009; MARCUSCHI, 2008; BAGNO; STUBBS; GAGNÉ, 2002). No entender desses estudiosos, o letramento é um processo no qual a pessoa pode progredir continuamente na aprendizagem de conhecimentos e se tornar cada vez mais proficiente nas suas práticas sociais mediadas pelo texto, tanto na leitura quanto na escrita, alcançando um patamar mais elevado de letramento. Essa proposição é corroborada nos seguintes dizeres:

Sabendo-se que a aprendizagem e o conhecimento não se esgotam, conseqüentemente o nível de letramento deve ser ampliado de acordo com as necessidades de cada contexto, sempre almejando o desenvolvimento da consciência crítica e a competência de leitura e escrita (ROJO, 2009, p.15).

A visão de letramento enquanto processo admite a compreensão de que, ao longo da sua participação social e histórica em eventos de leitura e escrita, uma pessoa pode desenvolver gradativamente cada uma dessas duas atividades centrais do letramento e, embora elas sejam indissociáveis, interativas e complementares do ponto de vista cognitivo, ora um determinado evento linguístico pode focalizar mais o aprimoramento da leitura, ora da escrita de textos em uma instância discursiva específica da sociedade, por exemplo, escola, empresa, igreja, justiça/judiciário, mídia digital, entre outras. Portanto, é compreensível que uma mesma pessoa seja mais habilidosa na leitura do que na escrita de textos de uma determinada instância discursiva da qual participa socialmente e ainda que apresente diferentes graus de letramento em relação às diversas esferas de seu convívio social.

LETRAMENTO E GÊNEROS TEXTUAIS

Uma questão fundamental para o trabalho pedagógico de letramento em espaços educacionais é a compreensão e consideração do conceito de gêneros textuais:

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositadamente vaga para se referir aos *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definitivas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. [...] os gêneros são muitos. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalista, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante (MARCUSCHI, 2002, p. 22).

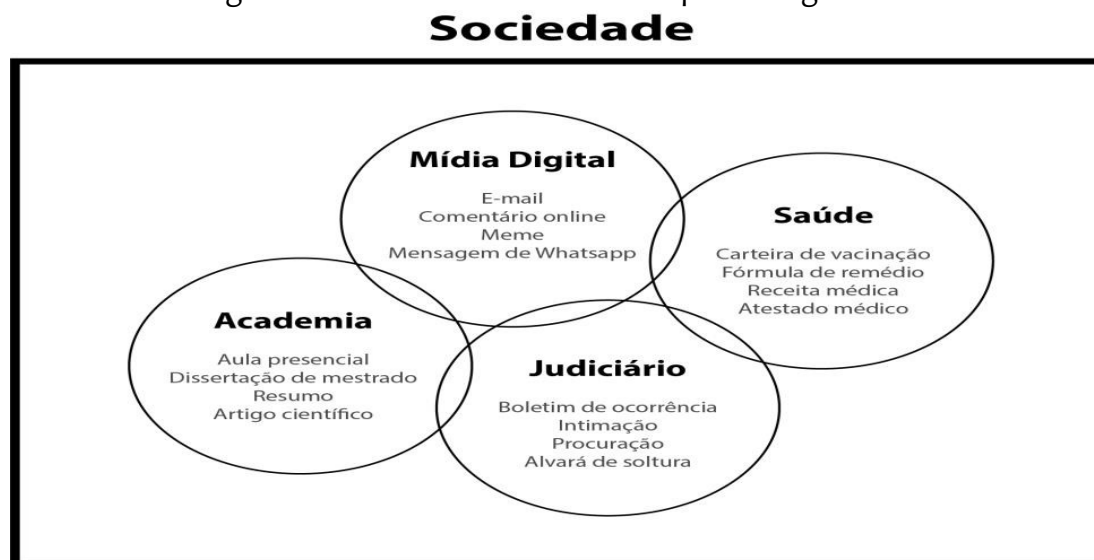
A proposição do autor leva ao entendimento de que os gêneros textuais são formas verbais que o indivíduo produz e as destina a outra(s) pessoas, a fim de estabelecer uma interação social. Eles são produzidos e circulam em diversos ambientes sociais que são nomeados domínios discursivos. Exemplos de domínios discursivos: cotidiano familiar, escola, empresa, justiça/judiciário, literatura, jornalismo, academia, mídia digital e muitos outros.

Estudiosos da linguagem afirmam não ser possível haver comunicação verbal sem a utilização de gêneros textuais (Marcuschi, 2008). Em meio à amplitude de gêneros textuais possível de ser produzido pelas pessoas nas diversas esferas de atividade humana, percebe-se a necessidade de cada indivíduo conhecê-los cada vez mais para que possa obter sucesso em suas interações. Logo, os gêneros textuais são uma forma poderosa de ação social. O desenvolvimento

da competência leitora de variados gêneros textuais pertencentes a diferentes domínios discursivos prepara a pessoa para uma interação mais bem-sucedida, com condições de fazer adaptações necessárias da linguagem para cada circunstância sociocomunicativa.

Para compreensão melhor da relação entre gêneros textuais e domínios discursivos, a seguir expõe-se uma figura na qual o retângulo representa a sociedade e as esferas representam domínios discursivos, com nomes de gêneros textuais deles procedentes.

Figura 1 - Domínios discursivos e respectivos gêneros textuais



Fonte: Elaboração dos autores

Os gêneros textuais são compostos por traços característicos determinados pelos domínios discursivos de produção. Consoante a esses pensamentos, Santos (2013, p. 35-36) assevera que

[...] cada comunidade social específica, por exemplo, escola /colégio, academia (universidade, faculdade) empresa, entre outras, produz um conjunto de textos a partir de uma série de traços identificadores compartilhados e defendidos pelas pessoas integrantes da comunidade [...].

Muitos especialistas, como Bronkard (1999), Marcuschi (2002), Santos (2013), Shneuwly e Dolz (2004), advogam que ensinar na educação básica, com orientação pela proposta metodológica com os gêneros, “favorece a melhoria qualitativa dos textos dos alunos” (SANTOS, 2013, p. 42). Essa tem sido uma prática bem difundida. A renovação metodológica se deu a partir de 1995, quando da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998). Acredita-se que tal metodologia venha melhorar as condições de ensino, visto que

são complexos para leigos a identificação das características de cada gênero, o posicionamento deles nos domínios discursivos adequados e, principalmente, o uso desses gêneros na prática social. Santos (2014, p. 15) postula que “[...] para a pessoa chegar a uma satisfatória proficiência na leitura e produção de determinado gênero textual, ela precisa construir previamente na memória, com clareza e consistência, um modelo didático do gênero selecionado para a apropriação”.

Para Koch (2005, p. 55), a prática docente, com utilização dos gêneros textuais, é “uma forma concreta de dar poder de atuação aos educadores e, por decorrência, aos seus educandos”, contribuindo para a interação social efetiva de ambos, como sujeitos críticos. Nessa mesma ótica, recorre-se mais uma vez a Santos (2013, p. 15) que, fundamentado em Schneuwly e Dolz (2004), orienta:

[...] cada gênero textual apresenta traços característicos particulares [...] nome específico; contexto de produção, recepção e circulação; tema/objeto de estudo; função/objetivo; organização/estrutura; linguagem/estilo – que precisam ser trabalhados pelo professor, por intermédio de uma série de atividades didáticas, a fim de capacitar o aluno para a leitura e produção competente do gênero textual selecionado para estudo.

Esta pesquisa também encontrou eco nos princípios teóricos, metodológicos e políticos de Goulart (2011, p. 45):

Nos espaços pedagógicos, supomos, a aprendizagem de diferentes gêneros do discurso amplia o conhecimento das áreas em que são criados, ampliando as possibilidades de leitura do mundo. Essa aprendizagem deve ser realizada por meio de conversas, discussões, atividades orais e escritas, sobre os sentidos dos diversos gêneros e de suas características e também de características dos espaços em que são produzidos.

Considerando os apontamentos dos especialistas citados, esta pesquisa desenvolve, com mulheres em situação de custódia, uma ação pedagógica de letramento com foco na leitura e compreensão de importantes traços característicos de determinados gêneros textuais do domínio discursivo jurídico.

LETRAMENTO JURÍDICO

Os gêneros textuais em geral, como mencionado na seção anterior, têm suas funções sociais e outros traços característicos e, por isso, enquadram-se em domínios discursivos específicos, que é a esfera onde são produzidos e circulam. Assim, os gêneros textuais jurídicos são

originados no domínio discursivo justiça/judiciário e nele transitam. Como é da natureza dos textos, os gêneros jurídicos surgiram de uma necessidade social. A sua função primordial é mediar conflitos sociais em processos judiciais. Tfouni (2005, p.99) enfatiza que “A lei brasileira estabelece que os indivíduos, no caso de haver um conflito de interesses, não podem buscar a solução pelas próprias mãos, mas devem pedi-la ao Estado-Juiz. Sendo que o método utilizado para isso é o processo judicial”.

Assim se justifica uma intervenção pedagógica, envolvendo os gêneros textuais do domínio discursivo jurídico para mulheres aprisionadas. Afinal, os textos que circulam nessa esfera social interferem diretamente na vida delas, portanto, elas necessitam compreendê-los, pois fazem parte de um grupo influenciado por esses gêneros e, sem a compreensão dos mesmos, sem o mínimo de conhecimento da linguagem técnica contidas nos textos do domínio discursivo jurídico, a situação dessas mulheres tende a se complicar um pouco mais.

Com o emprego de atividades que englobam traços característicos de cinco gêneros jurídicos – artigos de Lei de Execução Penal, declaração de remição pela leitura, mandado de intimação, procuração e alvará de soltura -, procurou-se favorecer a capacidade de compreensão leitora dessas mulheres, ampliando seu letramento jurídico. Apresenta-se a seguir um quadro com os aspectos essenciais dos gêneros textuais estudados com as alunas.

Quadro 1 - Traços característicos dos gêneros textuais jurídicos

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS	
a)	Nome do gênero
b)	Autor
c)	Destinatário
d)	Objetivo ou função do gênero
e)	Assunto central
f)	Linguagem

Fonte: Elaboração dos autores com base em Santos (2013).

Procedimentos metodológicos

Este estudo foi protagonizado por uma das pesquisadoras coautora deste artigo, que atua em um projeto de leitura coordenado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, Brasil, intitulado “Remição de Pena pelo Estudo Através da Leitura”, na Cadeia Pública de Londrina,

única prisão feminina desta cidade paranaense. A pesquisadora elaborou e enviou um convite escrito às aproximadamente 60 mulheres presas, que estavam custodiadas naquele momento, para a participação do novo projeto de leitura, não fazendo deste projeto uma obrigatoriedade. A maioria delas – cerca de 40 – manifestou interesse em participar. Porém, como o espaço escolar era bem limitado, não foi possível atender a todas as interessadas. Então, fez-se um sorteio e realizou-se a aplicação com oito mulheres.

Sobre o tipo penal, a maioria dessas oito mulheres londrinenses foi presa por tráfico de drogas, enquadradas no art. 33 e 35, da lei 11.343/06, do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). As participantes tinham idade entre vinte e cinquenta e três anos. Seis pararam de estudar no Ensino Fundamental II, uma tinha apenas o Ensino Fundamental I, outra o Ensino Médio completo. A maioria delas era casada, com filhos, sem independência econômica, laborando em subempregos ou trabalhos ilícitos.

Esta pesquisa se figura basicamente como pesquisa-ação, porque se trata de intervenções pedagógicas para promover a capacidade de compreensão leitora de gêneros textuais jurídicos de um determinado público feminino em situação de custódia.

De acordo com Gil (2008, p. 31), “Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa.” O autor ressalta que “o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados”. Segundo o mesmo autor, esse tipo de pesquisa é social, porque põe em destaque os problemas sociais, sendo que investigador e investigado mantêm uma relação estreita.

Neste contexto, a pesquisadora aplicou o produto educacional intitulado Proposta de Intervenção Didática para Formação Leitora Jurídica em Mulheres Encarceradas. Este suporte pedagógico consiste basicamente em um conjunto de atividades de leitura e compreensão de diversos gêneros textuais, com foco em gêneros do domínio discursivo jurídico – boletim de ocorrência, artigos de Lei de Execução Penal, procuração, mandado de intimação, declaração de remição pela leitura, alvará de soltura. O produto educacional foi elaborado durante a participação da pesquisadora no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Londrina. O produto educacional aplicado pode ser utilizado por professores de português do sistema prisional, ou de qualquer escola da educação básica, pois os resultados foram favoráveis e o material se adequa a perfis diferentes de educandos.

Relato da aplicação do produto educacional: descrição e reflexões

O projeto foi desenvolvido em cinco encontros semanais – cinco terças-feiras sequenciais -, de duas aulas em cada encontro, mas em razão de limitação de espaço, reportam-se nesta seção as atividades implementadas no quarto encontro e expõem-se informações e reflexões a respeito das respostas atribuídas pelas participantes às atividades. Este encontro focou o tema principal deste estudo, a compreensão dos traços característicos essenciais dos gêneros textuais jurídicos, particularmente gêneros do cotidiano da vida das mulheres encarceradas.

Primeiramente, a pesquisadora fez uma revisão oral sobre os conteúdos que tinham visto nos encontros anteriores, frisando a distinção e relação entre gênero textual e domínio discursivo. Em seguida, distribuiu para cada uma delas um bloco de folhas impressas, com dois parágrafos iniciais de explicações conceituais e exemplos sobre o poder e a influência dos gêneros textuais jurídicos na vida dos seus destinatários. Também havia duas atividades para resolução. Pediu que realizassem uma leitura silenciosa sobre os dois parágrafos de abertura e refletissem um pouco para depois conversarem.

Então deixou a palavra aberta para que se manifestassem acerca das ideias contidas na leitura e que chamaram atenção. Todas participaram intensamente da conversa. Uma ideia ressaltada por elas foi a questão da força que um determinado gênero jurídico tem para influenciar e mudar a vida das pessoas, em particular aquelas que estão presas. Citaram o exemplo do alvará de soltura que transforma a condição de uma pessoa presa e da família dela. Mencionaram outros gêneros, entre eles o “pipo”² que, dependendo do conteúdo e do destinatário, pode mudar a situação de uma ou mais pessoas aprisionadas. Foram enfáticas em lembrar, no caso específico delas, a importância de saber bem para que serve cada texto antes de assiná-lo, pois esse ato pode trazer consequências indesejadas para a vida futura.

Após o diálogo inicial, solicitou que resolvessem a atividade 15, cujo comando pedia para, se possível, escrevessem três nomes de gêneros textuais do domínio discursivo jurídico ainda não citados até aquele momento de desenvolvimento do projeto. A intenção era possibilitar que percebessem a diversidade e a amplitude de gêneros produzidos no sistema jurídico, presentes na rotina diária dos sujeitos sociais participantes diretamente desse domínio discursivo, e compartilhassem entre si seus conhecimentos sobre gêneros do âmbito judiciário.

² Pipo é um texto escrito curto, à semelhança do bilhete, que o preso escreve, geralmente em um pedaço de papel, e o destina para alguém de dentro ou fora da unidade prisional onde está detido.

Vários pesquisadores (KLEIMAN, 2005; ROJO, 2009; SOARES, 2012; SIGNORINI, 2001; TFOUNI, 2005, entre outros) preconizam o letramento como uma atividade contínua de crescimento da pessoa no tocante a conhecimentos, textos, estratégias e outros aspectos por intermédio de relações com outros indivíduos da mesma esfera social e com a sociedade em geral. O compartilhamento de saberes foi produtivo, como mostram a seguir dois registros de respostas das alunas.

Figura 2 - Respostas de alunas

➤ 15. Você já leu ou produziu outros gêneros textuais do domínio jurídico que não foram citados até este momento do trabalho? Se sua resposta for sim, tente citar três nomes desses gêneros textuais.

Sim, Procuração
Mandato de prisão
Antecedente criminal
Acordo judicial
Esses não os gêneros textuais que eu li
e assinei

➤ 15. Você já leu ou produziu outros gêneros textuais do domínio jurídico que não foram citados até este momento do trabalho? Se sua resposta for sim, tente citar três nomes desses gêneros textuais.

Mandato de prisão, mandato de intimação, req, cpf,
antecedentes criminais.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

O último exercício, atividade 16, trazia cinco gêneros jurídicos – artigos da Lei de Execução Penal, declaração de remissão pela leitura, mandato de intimação, procuração “Ad – Judicia” e alvará de soltura – para leitura individual, análise e elaboração em dupla ou trio de respostas a

respeito de elementos essenciais dos gêneros: a) apresentação do nome do gênero; b) identificação do produtor; c) determinação do destinatário; d) reconhecimento do objetivo de produção; e) esclarecimento do assunto central, f) comentário sobre acessibilidade da linguagem. As questões da atividade tiveram por suporte as orientações de Santos (2013, p.140):

[...] cada gênero textual apresenta traços característicos peculiares – nome específico; contexto de produção, recepção e circulação; tema/objeto de estudo; função/objetivo; organização/estrutura; linguagem/estilo – que precisam ser trabalhados pelo professor, por intermédio de uma série de atividades didáticas, a fim de capacitar o aluno para a leitura e produção competente do gênero textual selecionado para estudo.

Ainda com base em Santos (2013), a pesquisadora elaborou um quadro com expectativas de respostas para as questões:

Quadro 3 - Traços característicos dos gêneros textuais jurídicos

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS	
1	
a) Nome do gênero	Artigos da LEP - Lei de Execução Penal
b) Autor	Presidente da República/João Batista Figueiredo e congressistas.
c) Destinatário	População brasileira/ advogados, juízes, pessoas presas.
d) Objetivo ou função do gênero	Regular o cumprimento de pena
e) Assunto central	Direitos e deveres dos aprisionados.
f) O que achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Pessoal
2	
a) Nome do gênero	Declaração de Remição pela Leitura
b) Autor	Diretores e professores responsáveis pelo Projeto de Remição de Pena pelo Estudo através da Leitura.
c) Destinatário	Juiz da VEP- Vara de Execuções Penais
d) Objetivo ou função do gênero	Atestar quatro dias de remição de pena pelo livro lido, no projeto.
e) Assunto central	Participação do preso no projeto de remição pela leitura.

f) O que achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Pessoal
3	
a) Nome do gênero	Mandado de Intimação
b) Autor	Juiz de Direito da Vara de Execução Penal
c) Destinatário	O (A) acusado (a)
d) Objetivo ou função do gênero	Intimar o réu
e) Assunto central	Obrigatoriedade do réu constituir novo advogado
f) O que achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Pessoal
4	
a) Nome do gênero	Procuração “Ad – Judicia”
b) Autor	O outorgante (as pessoas que podem delegar poder)
c) Destinatário	O outorgado/advogado (a quem é delegado o poder)
d) Objetivo ou função do gênero	Delegar poderes ou delegar plenos poderes.
e) Assunto central	Poderes conferidos ao outorgado/advogado
f) O que achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Pessoal
5	
a) Nome do gênero	Alvará de Soltura
b) Autor	Juiz de Direito da VEP – Vara de Execuções Penais
c) Destinatário	Diretor da Unidade Penitenciária ou Delegado de Polícia responsável pelo estabelecimento penal.
d) Objetivo ou função do gênero	Conceder liberdade ao preso (a)
e) Assunto central	Cumprimento da lei que põe o preso em liberdade.
f) O que achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Pessoal

Fonte: Elaboração da pesquisadora com base em Santos (2013)

Com o propósito de que elas entendessem claramente como era para resolver os exercícios, a pesquisadora construiu de modo cooperativo as respostas para as questões do texto I, artigo da LEP. Apresentou uma questão por vez e as alunas iam colocando suas respostas e, assim, chegaram a uma proposição mais ou menos comum de respostas. Demonstraram mais facilidade para identificar o produtor, o destinatário e o assunto principal do gênero e menos facilidade para nomear especificamente o gênero e explicar o objetivo de produção.

Inicialmente, disseram que o gênero era uma lei. Então a pesquisadora pediu para que analisassem se se tratava de uma lei completa ou trechos de uma lei. Voltaram ao texto e refizeram a resposta, dizendo serem artigos de lei, mas ainda não determinaram de qual lei. Então a pesquisadora lançou-lhes a pergunta: “Esses artigos fazem parte de qual documento maior: Constituição Federal, Código de Direito Penal ou outro?” Assim, perceberam e manifestaram o nome apropriado do gênero que tinham lido: artigos da LEP.

Em um primeiro momento, colocaram que, com a produção do gênero, o Presidente da República queria informar, comunicar os brasileiros sobre o conteúdo das decisões do Congresso Nacional a respeito de questões da execução penal. Quando a pesquisadora as provocou a refletir sobre a ação que tal gênero queria exercer sobre os destinatários, reelaboraram a resposta e concordaram com a ideia de que o objetivo primordial dos artigos da LEP era mais do que informar, era principalmente levar os destinatários a cumprirem os conteúdos expressos nesse gênero jurídico. Nas mediações que empreendia com as alunas, a pesquisadora tinha em mente as seguintes postulações:

[...] O ensino dos gêneros seria, pois, uma forma concreta de dar poder de atuação aos educadores e, por decorrência, aos educandos. Isso porque a maestria textual requer – muito mais que os outros tipos de maestria – a intervenção ativa de formadores e o desenvolvimento de uma didática específica (KOCH; ELIAS, 2012, p. 61).

Quanto ao item que perguntava se acharam acessível ou difícil a linguagem empregada no gênero, elas responderam que, em geral, era compreensível, porém havia termos jurídicos ou formais pouco conhecidos delas – citaram, por exemplo, “jurisdição ordinária” e “inconveniente notoriedade”. Comentaram ainda que a profundidade da compreensão do texto está relacionada com a familiaridade que a pessoa tem na leitura de textos de leis. Apresenta-se a seguir um registro com as respostas de um grupo de alunas para as questões sobre o gênero artigos da LEP.

Figura 3 - Respostas de um grupo de alunas

❖ Qual o nome deste gênero textual?	Artigos da LEP
❖ Quem produziu?	João Figueiredo e Ibrahim Abi-Ackel
❖ Quem é o destinatário?	toda população brasileira/ Juizes/ Advogados
❖ Qual o objetivo da produção?	Fazer com que as pessoas cumpram o regulamento toda lei.
❖ Qual o assunto central tratado?	Direitos e deveres dos prisioneiros.
❖ O que você achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Depende da pessoa que lê, por que tem pessoas que não lê e não vão entender nada apora se for uma pessoa que já entende de lei vai saber as coisas que está escrito.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

O texto II foi um gênero que se mostrou, de certa forma, acessível às alunas. Os três grupos formados por elas – duas duplas e um trio – identificaram de modo rápido e correto o nome dos gêneros (declaração de remissão), quem produziu (professora do projeto e diretora do CEEBJA), o objetivo de produção (atestar que a apenada tinha o direito à remissão de 4 dias de pena), o assunto principal (relato de participação da apenada no projeto) e manifestaram que a linguagem usada no gênero era de fácil compreensão, pois praticamente conheciam todas aquelas palavras.

Relataram oralmente que, como todas elas participavam do projeto de remição pela leitura, já haviam visto exemplares deste gênero e ouvido comentário da professora do projeto e isso facilitou a construção das respostas. Os três grupos tiveram dúvida para determinar exatamente quem era o destinatário do gênero e deixaram a questão sem repostada. Com a intenção de fazê-las refletir, a pesquisadora perguntou-lhes: “Quem vai ser o destinatário deste texto, se as autoras assinantes pretendem que o gênero produza os efeitos legais de remição de 4 dias para a apenada?” Então concordaram que era “o juiz da vara de Execução Penal.” A seguir, expõem-se as respostas de um grupo para o texto II.

Figura 4 – Respostas de um grupo de alunas
 Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

❖ Qual o nome deste gênero textual?	DECLARAÇÃO de remição de leitura.
❖ Quem produziu?	SECRETARIA de ESTADO de EDUCAÇÃO RESPONSÁVEIS
❖ Quem é o destinatário?	JUIZ
❖ Qual o objetivo da produção?	INFORMAR OS DIAS REMIDOS
❖ Qual o assunto central tratado?	OS DIAS REMIDOS
❖ O que você achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	PARA MIM É ACESSÍVEL. AQUI FAZEMOS REMIÇÕES ENTÃO ENTENDEMOS UM POUCO.

As respostas dadas pelas equipes de alunas ao texto III foram coerentes com as previstas nas expectativas de respostas – a) nome do gênero: mandado de intimação; b) produtor: Juiz de Direito; c) destinatário: o réu; d) objetivo: intimar o réu; e) o assunto: obrigatoriedade do réu constituir novo advogado; f) acessibilidade da linguagem: variável conforme a experiência de leitura de cada leitora com o vocabulário jurídico do gênero.

Um fato que merece comentário foi a questão do nome que atribuíram ao gênero. Num primeiro momento, os três grupos falaram e escreveram “mandato” de intimação. A pesquisadora

preguntou para elas se alguém sabia a diferença entre as palavras “mandato” e “mandado” e se tinham certeza de que o nome do gênero era mesmo “mandato”. Todas afirmaram que se lembravam de ouvir de pessoas de seus convívios e também elas mesmas usavam “mandato”, mas que agora estavam em dúvida por causa da indagação. Naquele instante, a pesquisadora pensou em pedir que tentassem resolver a questão consultando no dicionário o sentido dos termos parecidos graficamente. Como não tinham acesso a dicionário na ocasião, a pesquisadora escreveu duas frases no quadro para análise delas e posterior conclusão de qual seria a grafia correta do nome do gênero: a) “Um mandado (ordem) judicial é para ser cumprido.” b) “A presidenta não chegou a completar seu segundo mandato (período de exercício de um cargo eleitoral)”. A partir dessa estratégia, perceberam a diferença de grafia e sentido entre os dois termos e chegaram à conclusão correta: “mandado de intimação”. Essa atividade pedagógica propiciou que as alunas acionassem seus repertórios de conhecimentos e experiências envolvendo a estreita relação entre oralidade e escrita, com contribuição para o seu letramento: “O letramento está também presente na oralidade” (KLEIMAN, 2007, p. 182).

O texto IV foi o que provocou maior dificuldade entre as alunas, pois todas admitiram que nunca tinham lido um texto como aquele. Os três grupos deixaram em branco as cinco primeiras questões – a) nome do gênero; b) produtor; c) destinatário; d) objetivo de produção; e) assunto central. – e avaliaram a linguagem como difícil de entender. Afirmaram que não sabiam o significado de vários termos como “procuração *Ad-judicia*”, “outorgante”, “outorgado”, “cláusula”, entre outros. Tullio (2012) comenta que o uso de arcaísmo, expressões latinas e jargões jurídicos acabam, muitas vezes, por tornar incompreensíveis textos produzidos no âmbito da esfera do Direito ou Sistema Judiciário para as pessoas que não são profissionais da área, podendo causar conflitos nas interações humanas e, até mesmo, prejuízo às pessoas que não dominam essa linguagem técnica.

Considerando a situação, a pesquisadora explicou para elas os significados dos termos “procuração” (poder que a pessoa dá a outra para agir em seu nome), “*Ad-judicia*” (junto à justiça), “outorgante” (pessoa que concede o poder a outra), “outorgado” (pessoa que recebe o poder de alguém), pediu que trocassem ideias entre si e tentassem responder às questões em branco. Essa mediação funcionou, visto que, após alguns minutos de conversa, os três grupos registraram respostas satisfatórias, conforme a amostra arrolada a seguir.

Figura 5 - Respostas de um grupo de alunas

<p>❖ Qual o nome deste gênero textual?</p> <p>Procuração - Ad - Judicial (Pleitos pedires)</p>
<p>❖ Quem produziu?</p> <p>Outorgante (Pessoa que delega poderes a outra pessoa)</p>
<p>❖ Quem é o destinatário?</p> <p>Outorgado (ADV) receber poderes</p>
<p>❖ Qual o objetivo da produção?</p> <p>Dar o poder para que a pessoa no qual foi feito a procuração seja responsável de algo por ela</p>
<p>❖ Qual o assunto central tratado?</p> <p>dar a uma pessoa direito para que ela seja responsável por algo no qual foi tratado na procuração.</p>
<p>❖ O que você achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?</p> <p>difícil, por nunca ter lido algo do tipo, então não tive conhecimento do que de fato se trata.</p>

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Considerando o caráter pedagógico e político do projeto de letramento de gêneros textuais jurídicos para mulheres presas, recorre-se a Marcuschi (2008, p. 54) que enfatiza: “quando dominamos um gênero textual não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. Apesar da relevância do gênero jurídico procuração “Ad judicia” para aquelas mulheres vinculadas ao meio judiciário, apresentavam pouco conhecimento específico e crítico sobre a materialidade linguística do gênero e sobre sua força de ação social. A constatação reforça a pertinência de incremento de projetos de letramento jurídico para elas no que concerne a gêneros relacionados às diversas atividades e aos processos de instância discursiva judiciária.

O texto V causou grande interesse nas alunas, que responderam às questões, sem demora e com adequação. A pesquisadora perguntou-lhes que elementos do texto haviam facilitado a compreensão e disseram que, embora nenhuma delas jamais tivesse lido um texto como aquele, mas apenas ouvido falar, a linguagem era clara e acessível e, ao lerem com atenção, perceberam que todas as respostas para as cinco primeiras questões apareciam de maneira declarada, ou seja,

podiam ser localizadas dentro do próprio texto. Na sequência, são colocadas respostas de um dos grupos.

❖ Qual o nome deste gênero textual?	Alvará de soltura.
❖ Quem produziu?	Juiza de direito da VARA EXECUÇÃO PENAL
❖ Quem é o destinatário?	AO DELEGADO OU DIRETOR DE UMA PENITENCIÁRIA
❖ Qual o objetivo da produção?	
❖ Quem produziu?	DAR A LIBERDADE
❖ Qual o assunto central tratado?	
❖ Quem é o destinatário?	LIBERDADE A PESSOA PRESA.
❖ O que você achou da linguagem? Acessível ou difícil? Por quê?	Acessível Pois deixou claro o objetivo.
❖ Qual o assunto central tratado?	

Figura 6 - Respostas de um grupo de alunas

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Devido ao interesse delas pelo gênero alvará de soltura, a pesquisadora indagou se alguma delas sabia quanto tempo as autoridades competentes tinham para soltar o preso beneficiado com o alvará, mas nenhuma soube responder. Então leu para elas o seguinte trecho do Artigo 1º da Resolução nº 108 de 06 de abril de 2010 (BRASIL, 2010), assinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, na ocasião, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Art. 1º O juízo competente para decidir a respeito da liberdade ao preso provisório ou condenado será também responsável pela expedição e cumprimento do respectivo alvará

de soltura, no prazo máximo de vinte e quatro horas. [...] § 3º O preso em favor do qual for expedido o alvará de soltura será colocado imediatamente em liberdade, salvo se estiver preso em flagrante por outro crime ou houver mandado de prisão expedido em seu desfavor, após consulta ao sistema de informação criminal do respectivo tribunal e ao sistema nacional (BRASIL, 2010, p.2).

A informação de que após a expedição do alvará de soltura o preso deve ser libertado em 24 horas deixou-as eufóricas e agradeceram a pesquisadora por ter levado para elas informações que consideravam tão relevantes. Essa iniciativa de levar conhecimentos adicionais à análise proposta teve o objetivo de conceber a prática de letramento planejada não somente como um instrumento pedagógico, mas como subsídio de desenvolvimento de compreensão dos usos sociodiscursivos dos gêneros jurídicos, portanto, como desenvolvimento de competência de leitura, em consonância com os objetivos da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este estudo, acredita-se que a ancoragem teórica e metodológica em pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre letramento e gêneros textuais, bem como as descrições e discussões apresentadas ao longo do artigo, atestam o cumprimento dos dois objetivos de pesquisa. Os registros das intervenções e as respostas e atos das alunas permitem concluir que o trabalho mobilizado foi produtivo, pois as mulheres manifestaram amadurecimento na competência leitora de gêneros textuais jurídicos com influência determinante no momento passado, atual e futuro na vida delas.

Porém, percebe-se uma lacuna com este trabalho no que diz respeito às tecnologias digitais. Se essas mulheres já eram excluídas da escola, da sociedade e de acesso a conteúdos digitais quando eram livres, a privação de liberdade as coloca em condições ainda maior de exclusão, pois dentro do presídio perdem o direito ao acesso e manuseio de aparelhos que lhes proporcione a aprendizagem por meio de novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação(TDIC).

Esse cenário retratado anteriormente vem reforçar quão relevantes são estudos que proporcionam leitura, produção e outros instrumentos que possam amenizar a carência dos meios tecnológicos, sobretudo da mídia digital, onde está presente uma diversidade de linguagens. Sejam elas verbais, não verbais, textos, hipertextos e outros.

Conclui-se, ainda, que é essencial o desenvolvimento de trabalhos que tragam para dentro da prisão o mundo que está fora, para que, ao voltarem, possam sentir que ainda conhecem esse

mundo, que ainda conseguem se adaptar. A educação e o (multi) letramento são meios de levá-las de volta à sociedade.

Ressalta-se a necessidade de implementação de políticas públicas no Brasil na área da educação e práticas pedagógicas com projetos de intervenção em espaços prisionais, aprimorando o conhecimento dessas pessoas que, em sua maioria, estão à margem, quando se fala de situação socioeconômica e cultural.

Embora se reconheçam as diversas limitações para execução do projeto relatado neste artigo e a necessidade de novas pesquisas para verificar as aprendizagens que se consolidaram na compreensão leitora delas, fica a convicção de que é por meio de iniciativas como esta que será possível impactar suas vidas, abrindo-lhes novas portas para o mundo, a fim de que possam ressignificar suas histórias, suas vidas.

Referências

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna, letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 108 de 06 de abril de 2010**. Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2010. Disponível em:

http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/rescnj_108.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, Cecília. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. (orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2011, p. 41-58.

KLEIMAN, Angela Bustos. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

KLEIMAN, Angela Bustos. **Preciso ensinar letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas: CEFIEL/UNICAMP, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, Givan José Ferreira dos. O Gênero Textual Acadêmico Unidade Didática. In: ANDRADE, Mariana A. Bologna Soares de; ROCHA, Zenaide de Fátima D. Correia (orgs.). **Propostas Didáticas Inovadoras: as TIC no ensino de Ciências.** Maringá-PR: Massoni, 2014, p. 11-20.

SANTOS, Givan José Ferreira dos. **Elementos de argumentação na produção de gêneros textuais no ensino médio.** 2013. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SIGNORINI, Ines. (org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.** Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2005.

TULLIO, Claudia Maris. **Gêneros textuais jurídicos, petição inicial, contestação e sentença: um olhar sobre o léxico forense.** 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

Mariana Alves de Santana Marins fez a revisão especializada deste artigo.
Formada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, especialista em Língua Portuguesa pela UEL, mestra em Ensino Profissional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Endereço: Rua Norma de Pauli Salton, 33 – Casa 10
Bairro Terra Bonita - Londrina-PR. 86047-620. E-mail: ropresser@hotmail.com

Recebido em: 14/01/2023
Parecer em: 23/03/2023
Aprovado em: 26/04/2023